

Ranke: considerações sobre sua obra e modelo historiográfico *

*José D'Assunção Barros***

Resumo. Este artigo busca desenvolver uma reflexão acerca da produção historiográfica de Ranke, atentando mais especificamente para a posição deste historiador alemão do século XIX no que diz respeito à questão da objetividade historiográfica. Na primeira parte do artigo, busca-se identificar algumas características centrais do historicismo de Ranke. Na segunda parte do artigo, a questão da posição deste historiador em relação à objetividade historiográfica é considerada.

Palavras-chave: Ranke; Historiografia; Historiografia Alemã.

Ranke: analysis of his works and historiographic model

Abstract. Current investigation develops an analysis on Ranke's historiographical production, with special focus on the 19th century German historian's position with regard to the issue of historiographical objectivity. The first part of the paper identifies some central traits in Ranke's historicism. The second part deals with the historian's position with regard to historiographical objectivity.

Keywords: Ranke; Historiography; German historiography.

Ranke: Consideraciones sobre su obra y modelo historiográfico

Resumen. Este artículo busca desarrollar una reflexión acerca de la producción historiográfica de Ranke, centrándose específicamente en la posición del historiador alemán del siglo XIX en relación a la objetividad historiográfica. En la primera parte de este artículo se busca identificar algunas características centrales del historicismo de Ranke; en la segunda, se considera la posición del historiador en relación a la objetividad historiográfica.

Palabras Clave: Ranke; Historiografía; Historiografía alemana.

* Artigo recebido em 05/06/2013. Aprovado em 16/09/2013.

** Doutor em História pela UFF. Professor do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da UFRRJ, Rio de Janeiro, Brasil. Professor colaborador do Programa de Pós-graduação em História Comparada da UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: jose.d.assun@globomail.com

Introdução

Neste artigo, examinaremos a posição historiográfica de um dos mais célebres historiadores alemães do século XIX. Referimo-nos a Leopold Von Ranke (1795-1886) – historicista do século XIX que, por ocupar a posição simbólica privilegiada de fundador da Escola Histórica Alemã, tem despertado renovado interesse de historiadores e analistas diversos. Neste momento inicial, buscaremos a rede de influências e de traços característicos que poderia configurar uma Identidade Teórica de Ranke. Começamos por ressaltar que o traço mais essencial, o primeiro, que é habitualmente lembrado quando pensamos neste célebre historiador, vem da metodologia que ele e os pioneiros do historicismo alemão herdaram dos grandes teólogos e filólogos que desde há muito vinham desenvolvendo técnicas que prepararam, em parte, a instalação da Crítica Documental. Os historicistas, no entanto, levam a crítica documental muito além, porque ao lado de se assenhorearem de técnicas para a crítica externa, passam a atribuir à documentação um lugar essencial para a análise histórica. A atenção central à ‘fonte de época’, e a uma metodologia que a permitisse abordar com maior precisão, constituiu o vértice de partida do ideário historicista, cumprindo notar que os historicistas sempre insistiram acertadamente em fazer notar que esta atenção às fontes deve ser acompanhada pela consciência de que qualquer documento ou texto foi um dia produzido por seres humanos sujeitos a contextos históricos e interesses específicos.¹

Com este elemento característico fundamental, Ranke e os primeiros historicistas conseguiram impor o estatuto científico ao novo tipo de historiografia profissional que pretendiam apresentar como um modelo a ser

¹ Hoje em dia, quando a exigência de trabalhar com fontes de época já se tornou um aspecto constituinte da própria matriz disciplinar da História, esquecemos a importância dos historicistas na sua crítica quase agressiva àqueles que adentravam o mundo da prática historiográfica “escrevendo histórias a partir de outras histórias”, sem trabalhar minimamente com fontes propriamente ditas (sobre isto, ver GAY, 1990, p.76).

seguido, sempre lembrando que estamos aqui nas primeiras décadas do século XIX. Este fundo metodológico em comum, por assim dizer, será fundamental em todos os historiadores que ajudam a fundar o Historicismo, particularmente os ligados à Escola Histórica Alemã. Além da análise integrada das diversas instâncias do documento – entre as quais a autenticidade, a veracidade, os modos de análise da própria informação que seriam sofisticados gradualmente – a própria coleta de documentação e constituição de novos tipos de fontes (na época de Ranke, essencialmente arquivísticas e ligadas à política, à diplomática e às instâncias institucionais) foi um elemento que trouxe efetivamente um novo tônus àquela historiografia que agora se postulava como científica.

Ranke, ele mesmo, foi um desbravador arquivístico (VON LAUE, 1950, p.34).² Hoje, obviamente, o tratamento rigoroso das fontes, ao lado de sua centralidade em relação à análise historiográfica, já se incorporou à própria Matriz Disciplinar da História, de modo que já nem precisamos destacar estes aspectos na Identidade Teórico-Metodológica de qualquer historiador profissional. Mas devemos compreender, historicamente, o quanto esta atenção meticulosa ao documento e esta obsessão arquivística representaram em termos de um novo espírito que se agregava à historiografia profissional. Sobretudo, devemos compreender que não se tratava apenas de se imbuir de técnicas de precisão e crítica, mas também de trazer realmente a fonte histórica para um novo lugar na História: não mais ilustrativo, mas demonstrativo. Entre todos historicistas, o pioneirismo de Ranke nesta direção foi particularmente importante. Dificilmente poderemos encontrar melhores palavras para

² Costumamos pensar sobre a nova historiografia que começa a se afirmar no século XX nos termos de uma contribuição importante relacionada à expansão de possibilidades documentais, o que está certamente correto. Mas nem sempre é lembrado que nas primeiras décadas do século XIX, sobretudo com historiadores ligados à Escola Histórica Alemã, também assistimos a uma importante expansão documental. Ranke, por exemplo, foi o primeiro historiador a utilizar como fontes históricas as *relazioni* (relatórios secretos) dos “embaixadores” venezianos. Utilizou, em sua pesquisa sobre a história da Itália, um arquivo praticamente inexplorado, e também um novo gênero de documento histórico.

expressar a importância pioneira de Ranke nesta matéria, do que este comentário de Arno Wehling a respeito da primeira obra de Ranke, a *História dos Povos Romanos e Teutônicos* (1824):

Na verdade, esta foi a primeira vez que as fontes históricas passaram a integrar uma obra, no sentido que entendemos hoje: nem mero arrolamento de documentos, nem História invertebrada, opinativa, com a consulta eventual às fontes para que confirmassem a tese do autor (WEHLING, 1973, P. 182).³

Ranke e a crítica documental

O novo método histórico, segundo o ponto de vista rankeano – que logo iria se afirmar cada vez mais junto aos demais historiadores da Escola Alemã, e depois se estender ainda mais amplamente para todo o universo paradigmático do Historicismo – foi bem explicitado em um texto de Ranke intitulado “Para uma crítica dos historiadores recentes” (1824; 1874).⁴ Nesta obra, a pretexto de analisar a historiografia de sua época, mas na verdade aproveitando para registrar com especial clareza o que ele considerava um método apropriado à nova historiografia científica, Ranke comenta sucessivamente, nessa ordem, os historiadores italianos, espanhóis, alemães e franceses.

Aqui vemos Ranke oferecer à comunidade dos novos historiadores científicos uma cuidadosa sistematização dos novos procedimentos de crítica historiográfica, avançando para além da rigorosa identificação das “fontes primárias” e atentando para novas questões metodológicas, tais como a da

³ Arno Wehling aproveita este ponto de seu artigo (“Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica”, 1973), para desenvolver uma comparação entre o historiador alemão e o historiador francês Adolphe Thiers (1797-1877), que àquela mesma época havia acabado de escrever o primeiro volume de sua *História da Revolução Francesa* (1823-1827). Wehling considera este trabalho de Thiers a obra da época que mais se aproxima do trabalho de Ranke, mas ainda assim ressaltando que, em relação a Ranke, o historiador francês “fica a dever-lhe em quase tudo” (WEHLING, 1973, p.183).

⁴ Em alemão: *Zur Kritik neuerer Geschichtsschreiber*.

necessidade de “isolamento das interpolações posteriores” que podem ter sido agregadas à documentação original – uma armadilha que ainda costumava capturar alguns dos mais notórios historiadores de sua época. Desta obra de Ranke depreende-se a já hoje pouco usual classificação de fontes em “primárias” e “secundárias” – uma distinção que já existia entre os Antiquários, mas que Ranke retoma em uma nova perspectiva. Ressalve-se que mesmo destas últimas – as “fontes secundárias” – Ranke procuraria se beneficiar ao desenvolver confiáveis procedimentos que fossem capazes de extrair da documentação secundária as “informações primárias”.

Por fim, Ranke chamava atenção para a necessidade de considerar – mas também de submeter a uma rigorosa crítica e atenta contextualização – os próprios historiadores das diversas épocas, que até então vinham sendo tratados como autoridades pouco questionadas pela historiografia anterior. Um trabalho análogo, aliás, foi empreendido por Niebuhr com a desmistificação da absoluta confiabilidade que vinha sendo até então devotada aos historiadores da antiguidade. Tratar os próprios historiadores antigos como vozes do passado a serem decifradas, e como produtores de textos a serem dissecados no que concerne aos seus interesses, veio a se constituir, a partir de Ranke e Niebuhr, em uma contribuição adicional da crítica historicista.⁵

Com Ranke, veremos perguntas que nunca foram feitas antes pelos historiadores; ou, então, que eram feitas sem maior consciência e explicitação, envolvidas apenas por uma prática. Os filólogos, hagiógrafos e paleógrafos dos séculos anteriores, para estabelecerem as regras da Diplomática, já faziam algumas destas perguntas e já tinham mesmo escrito os seus manuais (Mabillon, 1681). Mas os historiadores propriamente ditos nunca foram tão explícitos quanto à necessidade de registrar tais procedimentos como se fossem “as regras

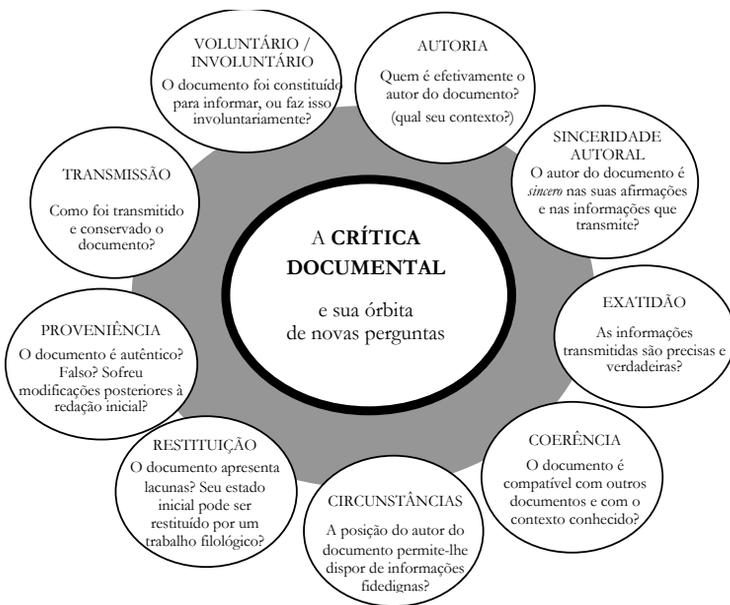
⁵ Para maiores detalhes sobre os procedimentos metodológicos de Ranke, ver: (WEHLING, 1973, p.182-184).

do método”, e tampouco a necessidade de formular as perguntas que deveriam ser feitas a um documento antes mesmo de se iniciar um trabalho sobre ele. No esquema abaixo, buscamos representar a densa nuvem de novas perguntas que orbitam em torno daquilo que passaria a constituir efetivamente um novo método de crítica documental.

Estas perguntas podem parecer lugares-comuns nos dias de hoje, ou configurar procedimentos já regularmente incorporados ao *métier* dos historiadores profissionais, agora que já passaram dois séculos após a revolução documental introduzida pelos primeiros historicistas alemães. Algumas destas perguntas, todavia, somente são óbvias ou ingênuas na sua aparência. Perguntar “Quem é o autor”, para um historicista, não era mais *apenas* buscar um nome, mas também o seu contexto, as circunstâncias no interior das quais este ou aquele indivíduo se tornou “autor” de um documento (isso para o caso da documentação voluntária, tal como as crônicas, narrativas, discursos, relatórios, ou mesmo para o caso de certos documentos “involuntários” no que se refere ao desejo de transmitir informações para a posteridade, tal como os diários íntimos e a correspondência privada).⁶ Mais ainda, perguntar “quem é o autor”,

⁶ A dicotomia entre “fontes voluntárias” e “fontes involuntárias”, também incluída na órbita da ‘nota metodológica’ dos primeiros historicistas, refere-se à intenção ou não de um autor transmitir determinadas informações. A questão também já foi colocada em termos de caráter da circulação do documento: “público” ou “privado”. Para melhor esclarecer a distinção entre fontes voluntárias e involuntárias, vamos considerar as anotações de Antoine Prost em seu livro *Doze Lições sobre a História*: “Deste ponto de vista, a distinção clássica entre depoimentos voluntários e involuntários é pertinente: os primeiros foram constituídos para a informação dos leitores, presentes ou futuros. As crônicas, memórias e todas as fontes ‘em forma de narração’ incluem-se nessa categoria, assim como os relatórios dos presidentes de departamentos e regiões, as monografias dos professores primários para a Exposição Universal de 1900, além de toda a imprensa... Por sua vez, os depoimentos involuntários não têm objetivo de fornecer informações. Marc Bloch falava, de forma prazerosa, desses ‘indícios que, sem premeditação, o passado deixa cair ao longo da caminhada’: uma correspondência privada, um diário verdadeiramente íntimo, a contabilidade de uma empresa, as certidões de casamento, as declarações de sucessão, assim como objetos, imagens, escaravinhos de outro encontrados nos túmulos micênicos, os restos de argila lançados em grotas do século XIV, ou os pedaços de metal encontrados nos buracos abertos pelos obuses”(2008, p.59-60). É claro que boa parte destas fontes involuntárias ainda não seria explorada por Ranke. Mas a questão da indagação sobre a intencionalidade já se colocava.

para os historicistas, era já perguntar pela primeira vez: “em nome de quem é exercida esta autoria?”. “A que instituição ele se liga’ “A que Deus, de que religião ou facção, ele serve?”. “A que classe ou ordem pertence o autor?”. Niebuhr passou a perguntar isso quando leu, de uma nova maneira, as narrativas da Antiguidade Romana sobre os césares, trazendo a nu a intenção senatorial (pois os historiadores de então eram senadores) de depreciar os “imperadores”, todos expostos a partir de sua arrogância, loucura, taras, crueldade e prepotência. Perguntar sobre o autor de uma nova maneira – não mais em busca de um nome, mas à procura da rede que o envolve – foi uma contribuição decisiva do historicismo alemão, e o papel de Ranke e dos novos historiadores científicos foi particularmente importante nesta direção.



As perguntas que passam a constituir a nova Crítica Documental, conforme faz notar Antoine Prost (2008, p.59), podem ser divididas em duas séries mais ou menos distintas (a “crítica da sinceridade” e a “crítica da exatidão”). Perguntar pela “sinceridade” de um autor é uma coisa, a qual remete

às “intenções, confessadas ou não, do testemunho” (PROST, 2008, p.59). Mas indagar pela “exatidão” do que ele ou o seu texto diz, é outra questão, a qual já remete às questões objetivas que envolvem um autor e as suas circunstâncias.⁷ Esta segunda série de questões indaga pelas *condições* que envolvem o pronunciamento desta ou daquela informação. A posição do autor, em relação aos fatos que ele relata ou sobre os quais pretende discorrer, permitiu a ele dispor de informações fidedignas, precisas, confiáveis? A inquirição acerca dos elementos e condições que poderiam ter produzido certo afastamento do autor em relação à “informação verdadeira” já vinha aqui carregada de procedimentos historicistas – de reconhecimento de que qualquer documento é produzido pelos homens mergulhados no rio da própria história.

Por outro lado, o esquema acima esboçado revela algo mais sobre o tônus da crítica documental proposta por Ranke e pelos primeiros historicistas. A Crítica Documental dos primeiros historicistas pressupunha perguntas muito voltadas para a “informação”, para a concepção do documento como “testemunho” de uma época ou de determinados acontecimentos. Quando os primeiros historicistas perguntavam sobre a sinceridade de um autor em relação à certa informação, ou quando eles indagavam sobre se um autor tinha razões (conscientes ou não) para deformar seu testemunho, podemos perceber que a *informação* é aqui o centro da busca historiográfica. Queremos saber aqui o que aconteceu no passado, e tomamos os textos que dele nos chegaram como *meios* para obter este tipo de conhecimento. O mesmo ocorre com a série crítica da “exatidão” – isto é, a série que vai da crítica da veracidade e da coerência aos procedimentos de restituição das lacunas documentais. A identificação da “má-fé” ou do “erro” são preocupações muito próprias daqueles que pretendem checar rigorosamente a informação. Uma atenção mais sofisticada em relação a

⁷ Prost acrescenta: “A primeira [a crítica da sinceridade] está atenta às mentiras; a segunda [a crítica da exatidão] está atenta aos erros” (PROST, 2008, p.59).

este polo emissor do documento que pode ser um autor – ele mesmo capaz da mentira e sujeito ao erro – foi de fato uma conquista historiográfica.

Mais tarde, a fonte histórica passaria a ser tratada não apenas como “testemunho” ou como “fonte de informações”, mas também como “discurso” a ser analisado e interpretado. O Materialismo Histórico exigirá isso, e também os desenvolvimentos ulteriores do Historicismo. A fonte histórica, então, não será mais apenas um acesso a informações sobre acontecimentos; ela mesma se converterá em um acontecimento a ser analisado. Esta possibilidade de tratar a fonte como um discurso ainda não estava inteiramente madura na época de Ranke. De todo modo, indagar sobre a sinceridade autoral e pelo contexto social já coloca os historicistas do século XIX às portas da análise do discurso, ainda que eles não possam passar por esta porta que só seria mais propriamente atravessada pelos historiadores no século XX. Começamos, com Ranke, a indagar sobre a nacionalidade do autor, sobre sua religião, ou mesmo posição política. Outras perguntas viriam no futuro, até que o próprio autor de um documento pudesse ser um dia tratado não apenas como fornecedor de informações, mas como o próprio objeto a ser analisado. Discretamente, Ranke já começa a fazer isto com a sua análise da historiografia de cada época. O paradigma que ele contribuía para instalar começava a liberar forças historiográficas irreversíveis.

Outros traços da identidade historiográfica de Ranke

O segundo traço característico da identidade rankeana, o qual acompanha de perto a sua rigorosa metodologia de coleta e análise das fontes, é aquele que faz ressoar nas obras historiográficas de Ranke o talento do hábil narrador de histórias. O estilo é um aspecto importante para a constituição da identidade historiográfica de Ranke, e é por isso que devemos considerá-lo, neste caso, como uma ‘nota do seu acorde’. O historiador Leopold von Ranke

nada fica a dever aos literatos de sua época, e Peter Gay o compara acertadamente a um verdadeiro “dramaturgo” que sabe preparar cada cenário para o momento em que cada personagem importante adentrará o palco da narrativa historiográfica no momento mais dramático e decisivo (GAY, 1990, p.67). Ranke, aliás, era também um atento leitor de “estórias” que soube aprender, com a Literatura, a habilidade de capturar a atenção do leitor e de revestir de arte a sua ciência histórica. Walter Scott (1771-1832), autor de *Ivanhoé* (1972 [1819]) e outros romances históricos, era um de seus autores preferidos. Seu estilo, matizado por Ranke de modo a não interferir na cientificidade da historiografia de novo tipo que ele mesmo propunha, é também ele mesmo um traço importante da identidade teórico-metodológica de Ranke.

Adentraremos agora uma questão importante. Sabe-se que o Historicismo desenvolve-se historicamente na direção de um reconhecimento cada vez mais claro acerca do papel da subjetividade presente na operação historiográfica, tanto no que concerne às fontes históricas (produzidas por seres humanos, e, portanto, interferidas por subjetividades), como no que concerne à posição do historiador que produz o conhecimento histórico (pois este escreve a partir de um lugar, de um tempo, de uma perspectiva específica, de um jogo singular de circunstâncias). Quando o paradigma do Historicismo se completa, no fim do século XIX, já não será mais possível se falar em uma “neutralidade” do historiador. Mas Ranke fala nesta neutralidade, e este é um dos pontos mais polêmicos a serem analisados em sua posição historiográfica. Muitos enxergam um “traço positivista” na historiografia de Ranke. Há autores que chegam mesmo a classificá-lo como “positivista”, o que a nosso ver não seria de modo algum correto.⁸ Voltaremos mais adiante a esta questão. Por ora, sigamos com a

⁸ É este o caso do filósofo marxista polonês Adam Schaff em seu célebre livro *Verdade e História* (1971). Ali veremos, no princípio do capítulo I de sua 2ª Parte, ele declarar: “a personalidade mais representativa da tendência positivista é certamente Leopold Von Ranke. As suas palavras,

caracterização das influências que interferem na identidade historiográfica de Ranke.

Entre os filósofos, um contraste forte pode ser estabelecido em relação ao idealismo hegeliano. Ranke estranha esta nuance finalista e universalista que vemos em Hegel (1770-1831), e que destoa veementemente do empirismo rankeano. Uma influência forte, contudo, é a de Fichte (1762-1814)⁹, e através dele Immanuel Kant (1724-1804). Com relação às linhas-de-força presentes no ambiente filosófico de sua época, Ranke rejeitaria frontalmente a abordagem teleológica da história, a qual se encontra presente na maior parte dos ‘filósofos da história’, inclusive Hegel. Além disso, na notória disputa entre o jurista e ‘historiador do Direito’ Friedrich Savigny (1779-1861), que afirmava enfaticamente as singularidades de cada um dos diferentes períodos da história, e os partidários de Hegel (1770-1831), que viam a história como um desdobramento de uma única história universal, Ranke apoiou publicamente o

segundo as quais incumbe ao historiador não a apreciação do passado, nem a instrução dos seus contemporâneos, mas apenas dar conta do que realmente se passou – *nie es eigentlich gewesen* – tornaram-se de certa maneira as palavras de senha da escola e permaneceram, contra ventos e mares, para numerosos historiadores” (SCHAFF, 1995, p.101-102).

⁹ Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) irá partir da filosofia de Kant e encontrar na “liberdade” o seu conceito fundamental, terminando por exercer bastante influência sobre os representantes do nacionalismo alemão, particularmente através da obra *Discursos à Nação Alemã*. No decorrer de sua filosofia, Fichte afirmará que “não existem limites insuperáveis à liberdade do homem, e que todo indivíduo, desde que deseje com adequada intensidade, pode ultrapassar qualquer obstáculo e se realizar plenamente”. Isto, naturalmente, sintoniza-se bem com o papel que alguns dos setores historicistas atribuíam ao Indivíduo na história. Mais decisiva ainda seria a sua formulação, em *O Princípio da Doutrina da Ciência* (1797), um ensaio que procura interpretar a filosofia transcendental de Kant, de que a validade do ato cognitivo funda-se em uma atividade totalmente interior do sujeito pensante, independente do mundo. É precisamente esta a novidade da filosofia de Fichte, já que esta define o sujeito pensante não mais nos termos do “ser”, mas sim como *atividade*. Segundo Fichte, todo indivíduo cria a si mesmo. O reconhecimento da subjetividade do historiador, recolocada em termos de uma *atividade* que produz o conhecimento histórico, um dos três pontos fundamentais do Historicismo, encontra com esta formulação de Fichte as suas sintonias. / Para além destes desenvolvimentos filosóficos concernentes à autocriação do Eu, outra contribuição fundamental de Fichte para o ambiente filosófico que preparou o estabelecimento do Historicismo esteve nas suas reflexões sobre o papel de língua na formação de uma cultura e no estabelecimento da identidade de um povo.

primeiro. Neste aspecto, portanto, coloca-se historiograficamente como um autêntico historicista.

Outro traço importante a ser ressaltado é o fato de que Ranke via na história o “dedo de Deus”¹⁰, embora não utilizasse em qualquer momento a categoria do “milagre” para explicar a história (RANKE, 1964, p.122). Ao mesmo tempo, se a história não era propriamente sagrada – nem no sentido das histórias teológicas, nem no sentido das histórias universais que nas ‘filosofias da história’ eram secretamente conduzidas por Deus – em contrapartida o próprio historiador era uma figura sagrada. Dar proteção e segurança para um historiador realizar adequadamente o seu trabalho era granjear os favores divinos (RANKE, *apud* VON LAUE, 1950, p.35). Uma religiosidade perene, desta forma, traz uma coloração especial à visão de mundo de Ranke. Embora não com a intensidade de um devoto, e tampouco sem incorporar o timbre transcendental que podemos ver na filosofia da história de Hegel e que terminará por repercutir em alguns historicistas como Niebuhr (1776-1831), este traço de religiosidade paira sobre a historiografia de Ranke.¹¹ Sua educação

¹⁰ Dirá Ranke em um texto de juventude: “Deus compôs um poema eterno; é tarefa do historiador lê-lo e traduzi-lo” (RANKE, 1964, p.105). Em outra oportunidade, em uma carta escrita em 1820, ele escreve: “Deus habita, vive, manifesta-se em toda história. Cada ato dá testemunho Dele; cada momento apregoa Seu nome; mas, sobretudo, penso eu, nas grandes conexões da história. Ali ele permanece, como um hieróglifo sagrado” (RANKE, 1949, p.18). Poderíamos pensar aqui em uma das proposições registrada na Parte V da *Ética* de Espinosa: “Quanto mais conhecemos as coisas singulares, mais conhecemos a Deus” (ESPINOSA, *Ética*, V – XXIV, 1992, p.468).

¹¹ Em Ranke, os atos divinos não entram como explicação, e nem há milagres na sua História. Mas eventualmente sua escrita registra apartes religiosos ou morais, sobretudo nas obras de juventude e até o final da década de 1830. São sempre comentários coloridos por certo distanciamento (seu estilo sério e imparcial não lhe permite mais do que isso). Embora Ranke tenha recebido acusações de se referir mais do que devia à divindade, podemos acompanhar Friedrich Meinecke em sua afirmação de que as referências divinas na historiografia de Ranke estão muito longe de caracterizar uma concepção teológica da História (MEINECKE, 1982, p.506). De todo modo, a partir do final dos anos 1830, e até o final de sua produção, a nota religiosa vai perdendo a sua intensidade no acorde historiográfico de Ranke, ao menos no que se refere à escritura da história. Contudo, até o fim dos seus dias, Ranke conservou uma visão sagrada da figura do historiador, inclusive de si mesmo, e a prática historiográfica sempre foi exercida por ele de maneira literalmente monástica e assinalada pela sua solitária entrega aos estudos. Desbravar um arquivo, para Ranke, era uma tarefa sagrada: uma *missão*.

protestante desde a infância, na região da Turíngia, fora de fato profundamente religiosa, e seu interesse pela história da Igreja está representado por sua *História dos Papas nos últimos quatro séculos* (1834-1836).

Ao lado da religiosidade, politicamente Ranke se afirmou como um ‘conservador’. Na revista histórica que fundou – a *Historisch-Politische Zeitschrift* – costumava atacar as ideias relacionadas ao Liberalismo. Sustentava abertamente uma total lealdade ao estado-nacional prussiano, do qual era na verdade funcionário. Em 1841, Ranke foi nomeado para o cargo de Historiador Real da Corte Prussiana, o que selou definitivamente sua aliança com esta unidade política, na qual nascera. Em 1865, receberia da Corte Prussiana o título nobiliárquico de Barão e, em 1882, tornou-se membro do Conselho Prussiano. Esta trajetória profissional e social contextualiza uma nota importante do ‘acorde Ranke’, que é o seu nacionalismo posto a serviço de um estado-nacional específico.

Naturalmente que, ao lado do nacionalismo, e enquadrando-o, existe um explícito eurocentrismo na historiografia de Ranke, bem ressaltado pela *História dos Povos Romanos e Teutônicos* (1824).¹² De resto, além das motivações mais diretas de Ranke em trabalhar de acordo com os interesses da monarquia prussiana, é importante lembrar que o estado-nacional surgia para ele como uma unidade lógica, somente comparável com a valorização da realidade europeia como uma segunda unidade historiográfica a servir de cenário para os historiadores. Deste modo, além dos nove volumes de sua *História da Prússia* (1847-1848), Ranke também escreveu uma *História da Inglaterra* (1859-1869),

¹² Este eurocentrismo de Ranke seria particularmente criticado por Karl Lamprecht, por ocasião da polêmica que encaminhou em fins do século XIX. A fórmula da unidade do mundo românico-germânico, contudo, segue como uma das mais insistentes temáticas de fundo, quando Ranke trata da história europeia como um todo, ainda que seu olhar historicista, em outros momentos, dirija-se à percepção das histórias nacionais, nas diversas obras que escreveu sobre a história específica de cada país: da Espanha (1827), da Prússia (1847-1848), da França (1852-1861), da Inglaterra (1859-1869), ou mesmo da Sérvia e Turquia no século XIX (1879).

uma *História da França* (1852-1861), uma *História da Monarquia Espanhola*, e até mesmo uma *História da Sérvia e da Turquia no século XVII* (1879).

Porque Ranke não é positivista

Conforme relatamos atrás, não são muito raros os autores que classificam Ranke como positivista. Isto, a nosso ver, é um erro. A origem dessa tendência em países como o Brasil – muito influenciados pela Escola dos Annales desde as primeiras gerações historiográficas de annalistas – pode ser atribuída simultaneamente a uma compreensão inadequada sobre o que seria efetivamente o Positivismo, tanto no sentido filosófico como no sentido historiográfico, como também a certo uso da palavra “positivismo” que foi muito difundido por Lucien Febvre em alguns de seus polêmicos artigos contra a denominada “história factual”.¹³ Para o esclarecimento inicial de que Ranke deve ser visto como um dos primeiros historicistas, e não como um positivista, precisaremos desenvolver uma pequena digressão sobre esta equivocada confusão entre “positivismo” e “história factual”.

Existe um uso bastante equivocado da expressão “historiadores positivistas” nos textos de Febvre, ou mesmo de Bloch, o qual contribuiu para impor um sentido que depois se popularizou enormemente na historiografia da França e de países como o Brasil – a tal ponto em que, mesmo hoje, podemos encontrar no ensino de graduação em História a propagação deste equívoco. A popularização da expressão “história positivista” como “história factual” (ou do uso da expressão “historiadores positivistas” para designar os “historiadores factuais”) foi de fato um grande desserviço a um vocabulário historiográfico mais preciso, e temos de rejeitá-la frontalmente. Foi precisamente por influência dos implacáveis artigos de Lucien Febvre contra os historiadores

¹³ Febvre também utilizava muito a expressão “historiadores historizantes” para se referir à história factual, o que está certamente mais correto.

factuais, por ele apelidados de “historiadores positivistas”, que a palavra se popularizou com este sentido inadequado na Europa mediterrânica e na América Latina, inclusive no Brasil. Entre nós, tornou-se a ofensa típica a um historiador nominá-lo de “positivista” para dizer que se trata de um “historiador factual”.

O Positivismo, todavia, quer dizer outra coisa. Trata-se de um paradigma sociológico, filosófico, e também historiográfico – um paradigma que se ampara em ideias e objetivos em torno da seguinte tríade: (1) busca das Leis Gerais que regeriam as sociedades humanas (herança da concepção iluminista); (2) aproximação metodológica e epistemológica entre Ciências Humanas e Ciências Naturais; (3) prédica de neutralidade absoluta do cientista social diante dos fatos que examina. Além disso, o Positivismo é muito frequentemente assinalado por certas metáforas organicistas ou mecanicistas, pela adaptação aos objetivos ideológicos de “conciliação das classes sociais” (desarticulando a perspectiva revolucionária), por uma leitura mecanicista do progresso humano, entre outros aspectos – inclusive a possibilidade ou mesmo a necessidade de assimilar a pesquisa empírica, mas apenas como etapa prévia para a formulação de generalizações. O Positivismo, por isso, não pode ser confundido com “história factual”, que corresponderia ao trabalho dos historiadores que pretendem apenas “expor os fatos”.

Um sinal da impossibilidade de utilização da palavra “Positivismo” com o sentido de “factual” é que Durkheim, assumidamente um sociólogo positivista na linha de Augusto Comte, propugnava uma sociologia capaz de propor problemas e desenvolver teorias, em detrimento da historiografia factual que, para ele, deveria ser utilizada pelos sociólogos positivistas como mera ciência auxiliar capaz de levantar informações históricas a servirem de base empírica. Ou seja, Durkheim propunha uma divisão de trabalho entre uma sociologia (positivista) capaz de produzir generalizações, e uma historiografia

factual que teria a seu cargo o mero levantamento de dados e materiais. Conforme se vê, não é possível confundir o Positivismo – um paradigma sociológico e historiográfico – com a história factual (e é importante também ter em vista que tampouco o Historicismo pode ser confundido com história factual, embora alguns dos historiadores historicistas possam ter sido historiadores factuais).

Quando aderimos à popularização do sentido equivocado de “historiadores positivistas” como “historiadores factuais”, criamos uma dificuldade de nos fazermos entender com os campos da Filosofia, da Sociologia e da Antropologia, nos quais a palavra é utilizada com o seu sentido filosófico correto. Vale lembrar ainda que os historiadores positivistas são aqueles que, como Taine, empenhavam-se em chegar a generalizações – ou também historiadores como Thomas Buckle¹⁴, que assumiam explicitamente o projeto Comtiano – e não os historiadores que, inspirados na imagem mais deturpada de Ranke, “queriam apenas contar os fatos como aconteceram”, ou tampouco os que aceitaram ocupar a posição de meros “operários factuais” na divisão de trabalho proposta pelos sociólogos positivistas. Talvez a confusão dos termos “historiografia factual” e “historiografia positivista”, incentivada por Febvre nos seus artigos polêmicos, tenha até mesmo origem nesta curiosa aliança: o sociólogo positivista da linha durkheimiana queria ter a seu serviço “historiadores factuais” que aceitassem o papel auxiliar e secundário de simplesmente levantar os dados.

¹⁴ *A História da Civilização na Inglaterra* de Henry Thomas Buckle está repleta de referências à idéia de “progresso” – geralmente relacionada aos avanços tecnológicos e ao conjunto das explicações científicas para os diversos fenômenos naturais e sociais – e também de referências aos “estágios da civilização”, estabelecendo-se uma hierarquia entre sociedades que situa a Europa no topo e rebaixa paternalisticamente os povos americanos e africanos. Buckle, na mesma obra, reconhece o avanço do último século na compilação de informações diversas, mas queixa-se precisamente da ampla maioria dos historiadores por ainda terem avançado muito pouco em uma história generalizadora, que traga unidade ao todo.

Deste modo, no fundo o que queriam Febvre e outros que o acompanharam nos seus combates históricos era designar pejorativamente como “positivistas” àqueles historiadores que aderiam servilmente ao projeto [positivista] de divisão do trabalho proposto por alguns dos sociólogos durkheimianos. Mas não é que, colocando-se tudo nos seus termos corretos, aqueles historiadores factuais fossem positivistas. Melhor seria nominá-los de “historiadores a serviço do Positivismo” (isto é, dos sociólogos positivistas) do que de “historiadores positivistas”.¹⁵ É muito interessante notar a enorme dificuldade de Jacques Le Goff para esclarecer a expressão “positivista” no Prefácio de 1993 para a edição da *Apologia da História*, de Marc Bloch (2001, p.19-20). Ele admite que a filosofia positivista, na França da época de Bloch e Febvre, era constituída pelas derivações da sociologia de Augusto Comte, mas tem dificuldades incontornáveis de conciliar esse reconhecimento com o sentido que os fundadores-combatentes dos Annales emprestaram à expressão “historiadores positivistas”.¹⁶

¹⁵ Esta leitura parece ser favorecida pela análise de um trecho de *Apologia da História* no qual Marc Bloch contrasta os ‘sociólogos [positivistas] durkheimianos’ e os ‘historiadores historizantes’. Ambos fariam parte de um mesmo grande projeto [positivista] que ambicionaria encontrar “leis imperiosamente universais” para os comportamentos sociais e humanos, e que também tomava como modelo pleno de ciência a “imagem comtiana das ciências do mundo físico” (BLOCH, 2001, p.47). No entanto, se ambos os grupos acreditavam nas leis universais, ocorre que, ao contrário do grupo dos sociólogos positivistas, os historiadores historizantes não conseguiram ver o seu campo de saber – a História – como capaz de dar conta deste projeto cientificista. Assumiram então a posição de uma “humildade desiludida” e se resignaram a fazer só que sabiam fazer: uma história factual, sem pretensões científicas [no sentido positivista]. Conforme se vê, esse trecho de Marc Bloch autoriza a leitura de que ele via os dois grupos – os sociólogos positivistas, à maneira dos durkheimianos, e os historiadores historizantes, à maneira de Seignobos, como duas partes contrastantes, mas complementares de um mesmo grande projeto. Neste, os segundos – os “historiadores historizantes” – deveriam trabalhar para os primeiros, os sociólogos positivistas que postulavam somente para si a função de pensarem e problematizarem o campo do mundo humano. O início do primeiro capítulo de *Apologia da História* nos oferece outra passagem na qual Bloch denuncia o projeto durkheimiano de territorialização do saber, relegando à história “um singelo cantinho das ciências do homem” e “reservando à sociologia tudo o que lhes parece suscetível de análise racional” (BLOCH, 2001, p.51).

¹⁶ Le Goff abre sua argumentação reconhecendo as dificuldades que existem na aceitação da expressão “historiador positivista” com o sentido que lhe emprestaram Bloch e Febvre: “Seria preciso um estudo aprofundado desse termo [positivismo] e de seu uso por Marc Bloch e pelos

Para retornar ao nosso historiador em estudo – Leopold von Ranke – podemos ressaltar que ele está longe de ser um positivista. Conforme dizíamos, o Positivismo deve ser buscado na conexão de três aspectos: (1) busca das Leis Gerais que regeriam as sociedades humanas; (2) aproximação metodológica e epistemológica entre Ciências Humanas e Ciências Naturais; (3) pré-dica de neutralidade absoluta do cientista social diante dos fatos que examina e deve expor. Destes três aspectos, apenas o último poderia ser discutido com relação a Ranke, e ainda assim porque se exagerou muito, ou mesmo se deformou o sentido de um famoso dito pronunciado pelo historiador alemão, conforme veremos no próximo item (“contar os fatos como eles aconteceram”).

Além disso, algumas especificidades podem ser ressaltadas quando nos aproximamos do historicismo de Ranke. A concepção historiográfica deste historiador alemão é a de que cada sociedade tem a sua singularidade (de modo que a *História da Prússia* não pode nem ser considerada um mero desdobramento da história universal, e nem ser escrita à maneira da *História da França*), e também a de que cada época é também muito específica. Não haveria superioridade de uma época em relação a outra, pois segundo Ranke “toda Idade é próxima a Deus”. Esta convicção de que cada sociedade e cada época apresentam algo de singular e único perpassa toda a obra de Ranke, e a converte em um exemplar para um Historicismo que relativiza a noção positivista de progresso. Com relação à questão da neutralidade historiográfica, veremos este ponto no próximo item.

fundadores dos Annales. Hoje em dia ele provoca reticência e até mesmo hostilidade, inclusive em historiadores abertos ao espírito dos Annales” (LE GOFF, 2001, p. 19). Em seguida, ao reconhecer que a filosofia positivista do século XIX, na França, é aquela inspirada na de Augusto Comte, ele quase dá a impressão de que enfrentará o desafio de fazer a crítica adequada ao mau uso da expressão “historiador positivista”. Mas então, novamente ele recua, e não enfrenta este desafio. Volta a se referir a um historiador factual – Seignobos – como “positivista”, deixando tudo como estava antes.

Ranke e a neutralidade do historiador

Nosso próximo passo no empenho de propor uma caracterização da perspectiva rankeana envolve as noções de objetividade e neutralidade. Estas duas instâncias, em Ranke, correspondem a momentos bem diferenciados da operação historiográfica. A *objetividade* diz respeito ao primeiro polo da prática histórica: o encontro do historiador com seu objeto, com as suas fontes – operação simultaneamente científica e sagrada para Ranke – referindo-se também à ambição de se aproximar cientificamente da realidade histórica a ser examinada. Já a *neutralidade* refere-se a um âmbito bem distinto: o encontro do historiador consigo mesmo – sujeito que produz o conhecimento histórico e que precisa fazer suas escolhas relacionadas aos modos narrativos e aos aspectos interpretativos.¹⁷

A objetividade rankeana, para retomar o primeiro aspecto, inicia-se com o compromisso de nada afirmar que não corresponda a uma informação presente na documentação. Mais que isso, essa informação precisa ser destilada, submetida a um sistemático inquérito através das operações que já discutimos nos comentários sobre a crítica documental. Trata-se de depurar a relação da informação que aparece no documento com uma possível realidade: investigar a interação efetiva da informação presente na fonte com os fatos, criticar a sinceridade, a precisão, o distanciamento da informação em relação aos acontecimentos aos quais ela pretende se referir, examinar seus potenciais de deformação a partir de uma análise dos sujeitos que a produziram; enfim, todos os aspectos que já discutimos quando comentamos a crítica documental

¹⁷ Em desenvolvimentos posteriores do historicismo, inclusive no século XX, apresentam-se modos distintos de entender estas relações e possíveis interações entre a *objetividade* e a possibilidade (ou não) de *neutralidade*. Assim se expressa Jörn Rüsen quase na abertura de seu artigo “Narratividade e Objetividade”: “Objetividade, [de outro lado], é a categoria que proclama um determinado tipo de conhecimento histórico, obtido mediante procedimentos de pesquisa regulados metodicamente, e que, ao apresentá-la revestida de sólida validade, situa esta objetividade acima do campo da opinião arbitrária” (RÜSEN, 1996, p.75-102). Em Ranke, os dois aspectos apresentam-se bem diferenciados.

rankeana. O que fazer depois com esta informação e seu entorno, por ocasião da produção do texto historiográfico, esta já é uma questão que, para Ranke, recoloca a discussão sobre a neutralidade do historiador.

Vejamos um exemplo, meramente ilustrativo. Ocorreu uma briga (ou uma guerra). Ou, antes, o investigador encontra-se com esta informação sobre a briga ou guerra na documentação histórica. Constatar isto, e submeter esta informação à crítica, relaciona-se à objetividade. Já a necessidade de falar sobre isto – a briga ou a guerra – sem pender para um dos lados (mesmo que compreendendo o seu próprio lugar de fala como historiador), isso já concerne à busca de neutralidade de acordo com a perspectiva rankeana. Partiremos, para uma maior compreensão sobre a posição de Ranke em relação à questão da possibilidade de neutralidade do historiador, de seus dois aforismos mais célebres.¹⁸ O primeiro aforismo, proferido no Prefácio do seu primeiro livro, as *Histórias dos Povos Românicos e Germânicos de 1494 a 1514* (1824), é o mais conhecido, e afirma a pretensão das “escrever a história como aconteceu”. O segundo aforismo foi proferido em uma das palestras ao Príncipe Maximiliano, da Baviera. Ranke, a esta altura, afirma que “o historiador há de dar a todas as épocas, a todos os indivíduos, o que lhes é devido; e há de vê-los nos seus próprios termos”.

Estes dois aforismos se complementam para dar uma visão tão clara quanto possível da posição de Ranke com relação à questão da posição do historiador na produção do conhecimento histórico, e às suas possibilidades metodológicas. Quando Ranke diz que pretende contar os fatos tal como aconteceram, está reconhecendo a existência de uma realidade objetiva, exterior ao sujeito que produz a história-conhecimento, e também expressando a sua confiança de que esta verdade pode ser conhecida, analisada com a devida

¹⁸ Este caminho de análise é brilhantemente realizado por Peter Gay, no capítulo relacionado a Ranke de seu livro *O Estilo na História* (1974).

imparcialidade científica, e, mais ainda (este é o ponto principal), comunicada pelo historiador de maneira isenta. O segundo aforismo, todavia, traz novos aspectos relativos à posição de Ranke, e permite complementar sua posição com relação ao conhecimento histórico. Qual o Objeto do Historiador? Que tipo de realidade deve ele examinar? Que tipo de história deve construir em seu esforço de cientificidade?

O aforismo permite dar a perceber que Ranke enxerga a realidade histórica de maneira plural: não mais uma História única, universal, que relata a caminhada da Razão em direção à Liberdade, mas uma História múltipla, relativa às diversas nações. Sobre isto, aliás, é significativo o título de seu primeiro livro: “Histórias dos Povos Românicos e Germânicos”. *Histórias*, e não *uma* História. Ranke enquadra-se aqui na tendência que seria predominante no historicismo do século XIX: a busca de escrever histórias nacionais, o que coincide com as necessidades políticas deste período em que se consolidavam em um novo mapa europeu, posterior à Restauração, os diversos estados-nações que desejavam construir pacientemente a memória nacional, promovendo para tal a montagem de grandes arquivos nacionais e alçando alguns historiadores a posições importantes nesse projeto. O aforismo permite ainda perceber que Ranke reconhece a singularidade de cada época e, dentro desta, de cada nação, além de estar atento à peculiaridade dos diversos indivíduos que fazem a História. Não teremos aqui nem a História Universal, buscada pelo projeto iluminista, e nem a ideia de um homem universal, já que Ranke acentua a particularidade de cada experiência humana. A história, portanto, é particularizante, e não mais universalizante (isto, aliás, demarca mais uma vez a distância da perspectiva historicista de Ranke em relação à perspectiva universalista que é tão comum aos historiadores positivistas).

O primeiro aforismo, sobre a possibilidade de “contar os fatos como estes aconteceram”, também ilumina a posição que deveria ser a do historiador

de acordo com a concepção historiográfica de Ranke. Trata-se de um historiador capaz de atingir algum tipo de neutralidade – a qual deve ser vista simultaneamente em correlação à recusa de “julgar a história” e à capacidade de desenvolver uma narrativa sóbria, sem exageros literários, na qual o historiador não toma partidos que possam levá-lo a falsear a realidade examinada. Esta posição em relação à “neutralidade historiográfica” – reafirmada monodicamente na trajetória intelectual de Ranke, mas nuançando-se na segunda metade do século XIX – não era muito diferente da de outros historicistas como Niebuhr (1776-1831), ou mesmo Gervinus (1805-1871).¹⁹ A prédica de neutralidade, aliás, produz uma ressonância imediata no estilo narrativo de Ranke, como bem notou Peter Gay em seu ensaio sobre este historiador alemão. Em Ranke, a primeira pessoa está ausente da exposição. Para além disto, ele apresenta um estilo sóbrio, que se afasta conscientemente da literatura. No mesmo Prefácio às “Histórias dos Povos Românicos e Germânicos”, aliás, Ranke renega qualquer pretensão de pintar “quadros literários”. Em um texto de juventude, intitulado *Para uma Crítica dos Historiadores Recentes* (1824), Ranke já se referia, sintomaticamente, à necessidade de retratar “a verdade nua, despida de quaisquer adornos” (1814, p.28). Conforme se vê, a pretensão de atingir a verdade “crua” (sem temperos que

¹⁹ Georg Gottfried Gervinus é já um historiador liberal declaradamente engajado em questões políticas, mas ainda assim, na sua obra *Grandes Linhas da História* (1837, p.93), ele postula alcançar uma escrita historiográfica “sem observar limites ou partidos”. Contudo, ao fazer afirmações como a de que o historiador deve ser “um defensor natural do progresso, pois não se deve renunciar à defesa dos ideais de liberdade”, implicitamente já deixava transparecer o seu ponto de vista liberal. O próprio Ranke parecia manifestar reticências com relação ao envolvimento da vida na historiografia do seu colega da Escola Histórica Alemã, uma vez que assim escreve no *Necrológio* (1871) que em homenagem a ele redigiu: “Gervinus repetiu frequentemente sua opinião segundo a qual a ciência deve penetrar a vida. Muito justo, mas, para que possa surtir efeito, a ciência não pode, sobretudo, deixar de ser ciência. Não se pode transferir para a ciência o ponto de vista que se tem na vida, pois, deste modo, a vida estaria atuando sobre a ciência, e não a ciência sobre a vida” (RANKE, 1872, p.142). É particularmente interessante comparar esta posição de Ranke com a de Nietzsche, na sua 2ª *Consideração Intempestiva* (1973), para quem precisamente a Vida deveria atuar sobre a Ciência (e a Ciência tornar-se útil à Vida).

falseiem o seu sabor) deve conviver com a exigência literária de apresentá-la “nua” (sem adornos). A sobriedade do estilo, aqui, é proposta como parceira necessária do ideal de objetividade metodológica e de neutralidade discursiva do sujeito que produz o conhecimento histórico. Ainda assim, devemos sempre relativizar esta declaração rankeana de intenções, a qual propõe agregar um estilo sem adornos literários à revelação da verdade histórica. Curiosamente, podemos surpreender, em 1858, o historiador Johann Gustav Droysen, arquirrival historicista de Ranke, criticar neste último precisamente um estilo que “se aproxima dos romances de Walter Scott” (DROYSEN, 2009, p.30).

É possível também entrever aqui, mais uma vez, o método: um método que busca a objetividade, e que promove uma cuidadosa sistematização da pesquisa, o que será fundamental para os objetivos de apreender a realidade dos fatos. Ranke, como fizemos notar no início deste artigo, foi um dos primeiros responsáveis pelo estabelecimento de uma crítica rigorosa das fontes. Também advogava, como parte importante dos procedimentos historiográficos, a sujeição dos resultados da pesquisa a um exame público. A contribuição mais importante, que permite mais uma vez contrastá-lo com a historiografia iluminista (e que logo irá contrapô-lo a certos setores da historiografia positivista, no sentido filosófico), é a consciência de que a fonte histórica é atravessada pela relatividade relacionada aos aspectos humanos e aos interesses sociais que produzem a documentação.

O documento histórico, deste modo, continua a ser visto como testemunho dos acontecimentos e como fonte de informações objetivas, mas também começa a ser visto como atravessado por um discurso que o historiador deve desmontar, criticar, abordar com desconfiança. Reconhecendo que as fontes textuais intencionais são produzidas por seres humanos com certos valores e interesses, Ranke dá o primeiro passo metodológico importante do historicismo, o primeiro passo em direção ao reconhecimento do

relativismo humano. Embora daí se implique que também o historiador, sendo humano, tem os seus interesses e suas próprias subjetividades, Ranke não avança, por outro lado, para outro passo que só seria dado pelos historicistas relativistas da segunda metade do século XIX: o reconhecimento de que mesmo o historiador está incontornavelmente preso ao seu ponto de vista. Ainda que reconheça a relatividade humana, e os particularismos de cada homem (tal como foi expresso no segundo aforismo), o Leopold Von Ranke dos primeiros tempos ainda acredita plenamente que o historiador, no exercício de um método que deve buscar a objetividade, pode se neutralizar, expressar uma análise imparcial da história, “dando a cada um o que lhe é devido”. Eis aqui sua profissão de fé na verdade histórica.

Isto posto, não se deve exagerar a prédica de neutralidade em Ranke. Rigorosamente falando, a sua afirmação de que o historiador dever “narrar os fatos tal como aconteceram” vinha imediatamente depois do conselho de que “o historiador não deve julgar”, e dirigia-se na verdade contra toda uma historiografia anterior: a historiografia teológica que imperara até inícios do século XVIII (a mesma que ambicionava “julgar a história”).²⁰ Neste contexto, propor uma história que irá narrar os fatos “tal como estes aconteceram” relaciona-se à rejeição da tarefa de “juiz do Passado”, que era tão típica da historiografia anterior que Ranke pretendia combater.²¹ Também é necessário

²⁰ Veja-se a seguinte passagem de Ranke, unindo os dois elementos: “À história foi atribuída a função de julgar o passado, de instruir os homens a tirar o melhor proveito dos anos por vir. A tentativa atual não tem tamanha pretensão. Ela aspira, meramente, mostrar como as coisas efetivamente aconteceram” (1971, p.37).

²¹ A tão propalada “imparcialidade rankeana”, que causou mal-entendidos nas gerações seguintes, deve ser lida aqui à luz do segundo aforismo de Ranke, aquele que pretendia “dar a cada época o que a ela pertence”. Trata-se então de uma espécie de “imparcialidade homérica”, aquela à qual se refere Hannah Arendt em seu ensaio sobre “O conceito de História”: “A imparcialidade, e com ela toda a historiografia legítima, veio ao mundo quando Homero decidiu cantar os feitos dos troianos não menos do que os dos aqueus, a louvar a glória de Heitor não menos que a grandeza de Aquiles. Essa imparcialidade homérica, ecoada em Heródoto, que decidiu impedir que ‘os grandes e maravilhosos feitos dos gregos e bárbaros perdessem seu devido quinhão de glória’, é ainda o mais alto tipo de objetividade que conhecemos” (ARENDDT, 2009, p.81).

ressaltar outro aspecto: se o próprio Historicismo, como paradigma historiográfico, abriu-se para uma nova posição relativista na segunda metade do século XIX, o velho Ranke já não parecerá, àquela altura, tão completamente seguro da tarefa de “contar os fatos tais como aconteceram”, ou de “narrar a verdade nua e sem adornos”. Em certa passagem de *História da Inglaterra*, escrita em 1860 (tit. II, p.3), ele continua a afirmar o seu programa realista dos primeiros tempos, em uma impressionante persistência monódica; mas já parece matizar a sua pretensão, mais afirmada como um forte *desejo* de neutralidade do que como uma tarefa a ser cumprida em toda a plenitude.

Uma pequena nuance de reconhecimento das limitações do historiador separa dos aforismos iniciais este outro que diz: “eu gostaria de poder apagar o meu próprio eu, dando voz apenas às coisas que se manifestam por meio de forças poderosas”.²² Ranke parece reconhecer as dificuldades de “apagar o eu”, embora continue predicando o esforço de neutralidade como um horizonte a ser observado pelo historiador. Em uma obra anterior, cronologicamente intermediária entre o jovem Ranke dos primeiros tempos e o velho Ranke que já reconhece as “dificuldades de anular o Eu”, temos, aliás, uma posição intermediária. Na *História Alemã da Idade da Reforma* (1839-1847), Ranke reafirma o apelo à neutralidade ao observar que deve ser buscada a “presentificação da verdade completa”, mas também já reconhece que essa verdade pode não estar inteiramente ao alcance do historiador. Contudo, logo em seguida retoma a confiança objetivista, ao afirmar que “a verdade só pode ser uma”.²³ Estas

²² Esta passagem rankeana é comentada por Reinhart Koselleck em um ensaio intitulado “Ponto de vista, perspectiva e temporalidade – contribuição à apreensão historiográfica da história” (2006, p.164). Quanto à metáfora da “verdade nua e sem adornos”, uma variação da expressão “verdade nua e crua”, que remonta ao século XVIII e que até hoje tem forte sobrevivência na cultura popular, Koselleck encontrará precedentes no século iluminista, tal como uma afirmativa de Fenélon em uma carta de 1714, segundo a qual a História deveria ter uma “nudez nobre e majestosa”.

²³ Koselleck também entretece comentários sobre esta passagem, inserindo-a na discussão sobre a objetividade histórica de seu ensaio “Ponto de vista, perspectiva e temporalidade” (2006, p.165).

hesitações entre uma posição e outra, e as dúvidas acerca da possibilidade de “anular o eu”, ainda que isto continue sendo desejável, mostram que Ranke acompanha discretamente o arco historicista que, na Alemanha do século XIX, acena cada vez mais para os caminhos do relativismo historiográfico.

Para concluir, destacamos que a análise que pudemos aqui empreender permitiu-nos pensar a produção de Ranke nos quadros de um Historicismo que ainda estava por se completar no seu arco de desenvolvimento histórico. De igual maneira, vimos ainda que Ranke trazia consigo as suas próprias especificidades. De um lado a sua *religiosidade* (embora não devocional a ponto de interferir na sua perspectiva historiográfica), a qual vinha sempre contraposta ao seu empenho em trazer um grau reconhecível de *cientificidade* ao seu ofício. De outro lado, o seu anti-hegelianismo no que concerne ao finalismo e universalismo das filosofias da história, mas ainda assim sem deixar de valorizar o estado nacional como cenário principal para o trabalho do historiador. Ao lado disto, a sua admiração pela filosofia de Fichte, com a conseqüente leitura do conhecimento como *atividade* marcada pela subjetividade do Eu, o que não deixou de conviver bem com a pretensão de, na medida do possível, descrever uma verdade histórica “nua e sem adornos”. Por fim, o instigante paradoxo de um programa de sobriedade estilística que é traído encantadoramente pela sua extrema habilidade de narrador de histórias. Para encerrar esta análise, podemos dizer que Ranke, com seu meticuloso trabalho nos arquivos e seu empenho em desenvolver uma rigorosa metodologia de crítica documental, contribui ele mesmo para fortalecer os dois primeiros vértices da tríade de valores historicistas: o reconhecimento da singularidade de tudo o que é histórico, e a necessidade de pensar a especificidade das Ciências Humanas frente ao modelo metodológico das Ciências Naturais.

Referências

- ARENDDT, Hannah. O Conceito de História – antigo e moderno. In: *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 69-126. [original: 1957].
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.
- BLOCH, M. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. [original: 1941-1942].
- BUCKLE, Thomas. *History of Civilization in England*. London: Ballou Press, 1957.
- DROYSEN, J. Gustav. *Historik: Vorlesungen über Enzyklopädie und Methodologie der Geschichte*. In: LEYH, Peter (org.). Stuttgart: Fromann-Holzboog, 1977 [versão espanhola: *Histórica – Lecciones sobre la Enciclopedia y metodología de la historia*. Barcelona: Alfa, 1983. [original: 1881-1883].
- ESPINOSA, Baruch de. *Ética*. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.
- FEBVRE, Lucien. Sobre uma forma de história que não é a nossa: a história historizante. In: MOTA, C. G.; FERNANDES, F. (orgs.). *Febvre*. São Paulo: Ática, 1978, p.103-107. [original: 1947].
- FICHTE, J. W. Sobre o conceito da doutrina da ciência ou da assim chamada filosofia. *Os pensadores*. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1973. [original: 1797].
- GAY, Peter. *O Estilo na História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. [original: 1974].
- GERVINUS, Georg Gottfried. Grundzüge der Historik (As Grandes Linhas da História). In: *Schriften zur Literatur*. Berlim: Erler, 1962. p.49-103. [original: 1837].
- GERVINUS, Georg Gottfried. *Einleitung in die Geschichte des neunzehnten Jahrhunderts* [Introdução à História do século XIX]. Leipzig: Erler, 1853.
- HEGEL, Friedrich. *A Razão na História – uma Introdução Geral à Filosofia da História*. São Paulo: Centauro, 2008. [original póstumo: 1837].
- HEGEL, Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 2007. [original: 1819].
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. [original: 1979].
- KRIEGER, L. *Ranke: the meaning of history*. Chicago: Chicago University Press, 1977.

LE GOFF, Jacques. Prefacio. In: BLOCH, M. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p.15-34.

LE GOFF, Jacques. Documento / Monumento. In: RUGGIERO, Romano (org.). *Enciclopédia Einaudi – História e Memória*. Porto: Imprensa Nacional, 1984. p. 95-106. [também incluído em LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1990. p.535-549].

MABILLON, Jean. *De Re Diplomática*. Paris: Charles Robustel, 1681-1709.

MEINECKE, Friedrich. *El historicismo y su génesis*. Mexico: FCE, 1982. [original: 1936].

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. São Paulo: Autêntica, 2008. [original: 1996].

RANKE, Leopold Von. Aus Werke und Nachblass, vol I. *Tagebücher*. Berlin: Ed. Walther Peter Fuchs, 1964.

RANKE, Leopold Von. *Das Briefweker*. Berlin: Ed. Walther Peter Fuchs, 1949.

RANKE, Leopold Von. *Deutsche Geschichte im Zeitalter der Reformation*, 6 Bde. [História Alemã da Idade da Reforma, seis volumes] Berlin: Phaidon, 1957. [original: 1839-1847].

RANKE, Leopold Von. Die großen Mächte. *Historisch-politische*, 1833, p. 1-51 [*As grandes potências*]. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *Ranke*. São Paulo: Ática, 1979. p.146-180. [original: 1833].

RANKE, Leopold Von. *Die römischen Päpste in den letzten vier Jahrhunderten* [História dos Papas, nos quatro últimos séculos]. London: Colonial Press, 1901. [original: Berlin, 1836].

RANKE, Leopold Von. *Englische Geschichte: Vornehmlich Im Siebzehnten Jahrhundert* [História da Inglaterra, especialmente no século XVII]. Berlin: Phaidon, 2002. [original: 1859-1869].

RANKE, Leopold Von. *Französische Geschichte, vornehmlich im sechzehnten und siebzehnten Jahrhundert* [História da França, especialmente nos séculos XVI e XVII]. Michigan: University of Michigan, s/d. [original: Berlin: 1852-1861].

RANKE, Leopold Von. *Friedrich der Große* [Frederico o Grande]. Leipzig: s/ed, 1878.

RANKE, Leopold Von. *Georg Gottfried Gervinus: Gedächtnisrede von 27-9-1871* [Necrológio para Gervinus]. *Historische Zeitschrift*, n. 27, p. 134-136, 1872.

RANKE, Leopold Von. *History of the Latin and Teutonic Nations from 1494 to 1514* [História dos Povos Romanos e Teutônicos]. London: Kessinger Publishing, 2004. [original: 1824].

RANKE, Leopold Von. *La monarquía española de los siglos XVI y XVII*. México: Leyenda, 1946. [original: 1827].

RANKE, Leopold Von. *Neun Bücher preussischer Geschichte* [Nove livros de História da Prússia]. Berlim: 1847-1848.

RANKE, Leopold Von. *Pueblos y estados en la historia moderna*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

RANKE, Leopold Von. *Serbien und die Türkei im neunzehnten Jahrhundert* [Sérvia e Turquia no século XIX]. Berlim: 1879.

RANKE, Leopold Von. *Tagebücher*. Berlim: Ed Walther Peter Fuchs, 1964.

RANKE, Leopold von. *The Secret of World History. Selected Writings on The Art and Science of History*. New York: Fordharn University Press, 1981. [seleção de textos].

RANKE, Leopold von. *The Theory and Practice of History*. Indianápolis: Bobbs-Merrill, 1971.

RANKE, Leopold von. *Zur Kritik neuerer Geschichtsschreiber* [Para uma Crítica dos Historiadores Recentes]. Berlim/Leipzig: 1824 [também incluído em: *Sämtliche Werke*, vol III, Leipzig: 1874].

RÜSEN, Jörn. Narratividade e Objetividade. *Textos de História*, v.4, n.1, p. 75-102, 1996.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. [original: 1971].

SCOTT, Walter. *Ivanboé*. São Paulo: Abril Cultural, 1972. [original: 1819].

SOUTHARD, Robert. *Droysen and the Prussian school of history*. Lexington: The University Press of Kentucky, 1995.

THIERS, Adolphe. *Histoire de la Revolution Française*. 10 volumes. Paris: Furne, 1839. [originais: 1823-1827].

VON LAUE, Theodore. *Leopold Ranke: the formative years*. Princeton: Princeton University Press, 1950.

WHELING, Arno. Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica. *Revista de História*. São Paulo, v. XL (VI), n. 93, p. 177-200, 1973.

ictatorship; Cinema; Memory; Transition; Brazil.

